



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10073.000165/95-61
Recurso nº. : 138.549 e OUTROS
Matéria : IRPJ – Ex. 1990
Recorrente : FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
Recorrida : 3ª. TURMA / DRJ – FORTALEZA/CE
Sessão de : 13 DE MAIO DE 2004
Acórdão nº. : 107-07.660

IRPJ. CSLL. EXERCÍCIO 1990. DECADÊNCIA. Consoante pacífica orientação da Câmara Superior de Recursos Fiscais, o IRPJ e, por extensão, a CSLL nos períodos que antecedem a vigência da Lei nº 8.383/91 são tributos sujeitos ao lançamento por declaração, cuja contagem do prazo decadencial se inicia na data da entrega da declaração de rendimentos, se tempestiva.

DECADÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À SEGURIDADE SOCIAL. FINSOCIAL. Os tributos destinados à seguridade social sujeitam-se à mesma decadência quinquenal aplicável às demais espécies tributárias, sendo que o FINSOCIAL é tributo sujeito ao lançamento por homologação, contando-se a decadência na forma do artigo 150, § 4º, do CTN.

NULIDADE DO LANÇAMENTO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. MATÉRIA EXONERADA PELA DECISÃO RECORRIDA. PRELIMINAR PREJUDICADA. Tratando-se de preliminar atrelada a parte da exigência já exonerada pela decisão recorrida, não há como haver manifestação da Segunda Instância sobre a matéria, ficando prejudicado o seu exame.

PASSIVO FICTÍCIO. DESPESA NÃO COMPROVADA. A previsão legal que caracteriza obrigações pagas como passivo fictício não permite dar o mesmo tratamento ao passivo não comprovado.

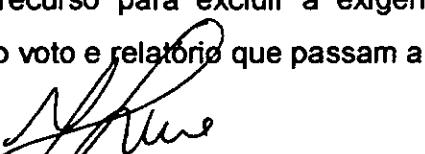
DEPESA DE FRETE. SUBAVALIAÇÃO DE ESTOQUE FINAL. POSTERGAÇÃO. IRPJ E CSLL. A subavaliação de estoque final em um ano importa e superavaliação do estoque inicial no ano seguinte e, consequentemente, em redução do custo das mercadorias em relação a este exercício. Logo há de ser dado o tratamento de postergação, exigindo-se tão somente os encargos moratórios, havendo lucro tributável no exercício seguinte. Tendo sido apurada base negativa da CSLL, descebe o tratamento como postergação, mantendo-se a exigência com fundamento no artigo 157, § 1º e no artigo 387, I, do RIR/80.

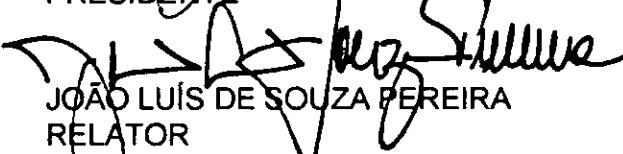
Preliminares rejeitadas.
Recurso parcialmente provido.

Processo nº. : 10073.000165/95-61
Acórdão nº. : 107-07-660

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.,

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, REJEITAR as preliminares e, no mérito, DAR provimento PARCIAL ao recurso para excluir a exigência em razão de passivo não comprovado, nos termos do voto e relatório que passam a integrar o presente julgado.


MARcos VINICIUS NEDER DE LIMA
PRESIDENTE


JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA
RELATOR

FORMALIZADO EM:
23 JUN 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LUIZ MARTINS VALERO, NATANAEL MARTINS, MARCOS RODRIGUES DE MELLO, OCTÁVIO CAMPOS FISCHER, NEICYR DE ALMEIDA e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

Processo nº. : 10073.000165/95-61
Acórdão nº. : 107-07-660

Recurso nº. : 138.549
Recorrente : FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso voluntário contra decisão de primeira instância que manteve parcialmente os lançamentos do IRPJ, CSLL, Contribuições para o PIS e FINSOCIAL referentes ao exercício de 1990, realizados pelos autos de infração de fls. 73/76, 79/81, 83/85; além do IRF lançado pelo auto de infração de fls. 87/89 em razão das seguintes infrações identificadas no processo matriz (IRPJ): (a) Omissão de receitas – passivo fictício; (b) Omissão de receitas – mercadorias, matérias-primas e outros insumos não contabilizados; (c) custo dos bens e serviços vendidos – subavaliação de estoque final; (d) Custos, despesas operacionais e encargos – contraprestação de arrendamento mercantil, inobservância dos requisitos legais.

Às fls. 97/105 foram apresentadas as impugnações, através das quais o sujeito passivo, em apertada síntese, sustenta que: (a) o crédito tributário está extinto pela decadência – artigo 173, I, do Código Tributário Nacional; (b) o seu passivo circulante corresponde a NCz\$ 37.200.631,00 = 73.199,15 (fornecedores concordatários) + 35.123.423,23 (fornecedores) + 2.516.347,51 (cheques e compensação) – 512.338,89 (devolução a fornecedores); (c) o lançamento é nulo, pois não lhe é possível identificar as notas fiscais que correspondem aos valores informados por seus fornecedores e que nada recebeu da empresa Comal – Com. De Alim. Nova Iguaçu S/A; (d) o fato dos gastos com carreto e fretes constarem como conta de despesas, nada configura em relação ao custo de avaliação dos estoques, os quais absorvem parcela das despesas relativas a tal gasto, além de terem sido contempladas despesas com frete de venda de mercadoria; (e) não houve pagamento de contrapartida de arrendamento mercantil em 1989, mas tão somente de despesas de aluguel.



A Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Fortaleza, através do Acórdão 3.670/2003 (fls. 150/179) manteve parcialmente a exigência adotando os fundamentos sintetizados na seguinte ementa:

RECEITAS NÃO CONTABILIZADAS.

Antes do advento da Lei nº 9.430, de 1996, a omissão de compras, constituía fato meramente indiciário de omissão de receitas. A tributação com base nesse fundamento deveria se alicerçar em demais elementos de prova, sobretudo a comprovação de pagamento dos bens ou serviços cuja aquisição foi omitida.

OMISSÃO DE RECEITAS. PASSIVO FICTÍCIO.

Cabe ao sujeito passivo a prova de que os registros vinculados ao seu Passivo Exigível correspondem a obrigações efetivamente assumidas pela sociedade. A falta de comprovação caracteriza existência de Passivo Fictício e autoriza a presunção de omissão de receitas.

FRETES.

A falta de contabilização de fretes leva à subavaliação do estoque final, implicando majoração de custos que tem por efeito acarretar diferimento da tributação do lucro para o exercício seguinte.

INOBSERVÂNCIA DO REGIME DE COMPETÊNCIA. POSTERGAÇÃO.

Para se falar em tratamento de postergação, é necessário que tenha havido pagamento de imposto e/ou contribuição social no exercício seguinte.

ARRENDAMENTO MERCANTIL – LEASING.

Incabível a descaracterização de arrendamento mercantil para conceitualo como compra a prestação sob o pretexto de que os prazos são pequenos ou dos valores residuais são ínfimos, quando não identificado descumprimento de condições legais que regulam esse tratamento favorecido.

TRIBUTAÇÃO RELFEXA.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PRGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL.

Aplica-se às exigências ditas reflexas o que foi decidido quanto à exigência matriz, devido à íntima relação de causa e efeito entre elas, ressalvadas as alterações exoneratórias procedidas de ofício, decorrentes de novos critérios de interpretação ou de legislação superveniente.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.

A tributação reflexa relativa aos lucros considerados como automaticamente distribuídos aos sócios, por força do Ato Declaratório Normativo nº 6/96, no período entre 01.01.89 e 31.12.92, reger-se-á pelo disposto nos artigos 35 e 36 da Lei nº 7.713/88, não se lhes aplicando a regra do artigo 8º do Decreto-lei nº 2.065/83.

Processo nº. : 10073.000165/95-61
Acórdão nº. : 107-07-660

CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – PIS.

Com a suspensão das disposições contidas nos Decretos-leis nº 2.445 e 2.449, ambos de 1988, pela Resolução nº 49, de 09/10/1995, do Presidente do Senado Federal, não subsiste o lançamento da contribuição para o Programa de Integração Social calculada com base naqueles diplomas legais.

CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL – FINSOCIAL.

Exonera-se a parcela do lançamento que exceder à alíquota de 0,5%, quando a atividade da empresa for venda de mercadoria.

MULTAS POR ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO.

Comprovado que a entrega da declaração de rendimentos ocorreu dentro do prazo dilatado, prorrogado por norma administrativa, descabe a aplicação da multa regulamentar por atraso na entrega.

JUROS DE MORA COM BASE NA TRD.

Com fundamento na determinação contida no art. 1º da Instrução Normativa SRF nº 032/97, é de se cancelar a exigência da Taxa Referencial Diária – TRD, no período de 04.02.91 a 29.07.91, remanescente, neste período, juros de mora a razão de 1% ao mês calendário ou fração, de acordo com a legislação pertinente.

DECADÊNCIA.

Para o lançamento de ofício do imposto de renda, a decadência se opera pelo decurso do prazo de cinco anos da entrega da declaração.

Para as contribuições sociais, a decadência ocorre após dez anos do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

EXIGÊNCIA FISCAL. NULIDADE.

Não há que se cogitar de nulidade do lançamento, quando na formalização do crédito tributário foram respeitadas as disposições contidas no art. 142 do CTN e art. 10 do Decreto nº 70.235/72, e foi assegurado à autuada o direito ao contraditório e ampla defesa.

NULIDADE. DIREITO DE DEFESA. CERCEAMENTO. INOCORRÊNCIA.

Descabe a nulidade do auto de infração por cerceamento do direito de defesa quando os elementos contidos no lançamento, especialmente a descrição dos fatos e os termos anexos, deixam evidente a origem dos valores apurados pelo Fisco e o sujeito passivo, pelo teor de sua impugnação, revela conhecer plenamente as acusações que lhe foram imputadas.

Lançamento Procedente em Parte.

Regularmente intimado desta decisão em 26/11/2003, o sujeito passivo interpôs seu recurso voluntário em 19/12/2003, através do qual basicamente ratifica os termos de sua impugnação.

Processo nº. : 10073.000165/95-61
Acórdão nº. : 107-07-660

Consta às fls. 234, relação de bens para arrolamento.

Processado regularmente em primeira instância, os autos foram remetidos a este Colegiado para apreciação do recurso voluntário interposto.

É o que havia de importante para relatar.

DR ↗

V O T O

Conselheiro JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA, Relator

O recurso é tempestivo e foram observados todos os demais pressupostos subjetivos e objetivos de admissibilidade. Dele tomo conhecimento.

Após a decisão de primeira instância, remanesce a discussão relativa à:
(a) exigência do IRPJ, CSLL e FINSOCIAL sobre a omissão de receitas decorrente da apuração de passivo fictício; (b) exigência da CSLL sobre a majoração indevida de custos.

Também foram argüidas questões preliminares de decadência e de nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa que merecem análise imediata.

A preliminar de decadência possui dois desdobramentos: (a) o exame do termo inicial para a contagem do prazo decadencial e (b) a questão de saber se as contribuições de seguridade social estão sujeitas aos mesmos prazos previstos no CTN.

No primeiro aspecto, há de ser prestigiada a decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais mencionada na decisão recorrida, segundo a qual o IRPJ e a CSLL, no período anterior à vigência da Lei nº 8.383/91, sujeitam-se ao lançamento por declaração, tendo como termo inicial para a contagem da decadência a data da entrega da declaração de rendimentos.

Também deve ser prestigiada a jurisprudência da Câmara Superior de Recursos Fiscais no sentido de que as contribuições de seguridade social subordinam-se ao mesmo prazo decadencial de 5 (cinco) anos aplicável aos demais tributos (acórdão CSRF/01-03.424).



Em suas razões de recurso, o sujeito passivo reitera preliminar de nulidade do lançamento por cerceamento do direito de defesa, insurgindo-se quanto à parte da exigência relativa à omissão de receita pela falta de contabilização de mercadorias, matérias-primas e outros insumos.

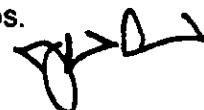
Ocorre que todo este item do lançamento já foi afastado pela decisão recorrida, deixando prejudicado o exame da preliminar.

No mérito, sustenta a recorrente – como já havia feito em sua impugnação – que inexiste qualquer obrigação não comprovada em seu passivo. Fundamenta esta alegação no fato de existir em seu passivo circulante “cheques em compensação” (NCz\$ 2.516.347,51) que devem ser reduzidos pela conta “devoluções a fornecedores” (NCz\$ 512.338,89) chegando-se ao total do passivo circulante no mesmo valor indicado no Anexo A de sua DIPJ, ou seja, NCz\$ 37.200.631,00.

Em que pesem os argumentos da recorrente, o que se contata dos autos é que o lançamento realizado à título de passivo fictício teve como fundamento dispositivo legal que não autoriza esta exigência. Todo o enquadramento legal desta parte do lançamento daria suporte à exigência fiscal por passivo fictício em razão de obrigações já pagas, que é coisa diversa de um passivo não comprovado.

Como se vê, o lançamento tomou de empréstimo a autorização legal para a tributação em razão de passivo fictício para formalizar exigência em função de passivo não comprovado. Conseqüentemente, não há como subsistir esta parte da exigência.

A última questão de mérito remanescente, refere-se à subavaliação dos estoques finais, pela majoração indevida de custos.



Processo nº. : 10073.000165/95-61
Acórdão nº. : 107-07-660

De acordo com o lançamento, constatou-se que a recorrente transferiu todo o saldo da conta de fretes pagos na aquisição de mercadorias para o resultado do exercício, inobservando o que dispõe o artigo 182 do RIR/80.

Com efeito, esta subavaliação dos estoques finais em 1989 acarreta a superavaliação do estoque inicial em 1990 e a consequente redução dos custos das mercadorias para este mesmo ano. Daí, a impropriedade do regime de escrituração adotado pela recorrente resultar em postergação do imposto relativo ao ano-base de 1990.

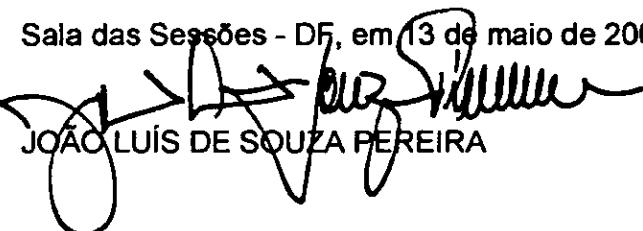
Deste modo, agiu com acerto a decisão recorrida, tendo em vista que a fiscalização não procedeu ao devido enquadramento legal da exigência do IRPJ.

Também foi acertada a decisão recorrida ao manter a exigência no que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tendo em vista que à luz dos elementos constantes do autos – e não refutados pela recorrente – o sujeito passivo apurou base de cálculo negativa da CSLL no exercício seguinte, não permitindo o tratamento de postergação em relação a este tributo.

Finalmente, a alegação de que no rol das despesas de fretes estariam incluídas aquelas relativas a vendas realizadas pela recorrente não merece prosperar por absoluta falta de comprovação, cujo ônus é exclusivo da própria recorrente.

Diante do exposto, REJEITO as preliminares e, no mérito, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso para excluir a exigência decorrente de passivo não comprovado.

Sala das Sessões - DF, em 13 de maio de 2004.


JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA